

## As Experiências e Perspectivas das Pequenas e Médias Empresas em Angola

### **Introdução**

#### *O objecto*

1. Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite que me foi formulado para falar sobre as **experiências e perspectivas** das pequenas e médias empresas (**PME's**) em Angola. Uma abordagem exigente desse tema implicaria, pelo menos, o estudo de uma amostra estatisticamente representativa do universo das PME's. Através de um questionário ao conjunto das empresas integrantes dessa amostra, poder-se-ia obter informações sobre os seguintes elementos relevantes para um estudo dessa natureza: **vendas, resultados líquidos** do exercício, **amortizações** do exercício, **provisões** do exercício, **custos com o pessoal, custos financeiros, activo, passivo e valor dos capitais próprios**.
2. Além da dificuldade material e temporal, inerente à recolha de respostas a um questionário dirigido às empresas, existe uma grande resistência ao fornecimento de dados de natureza económica e financeira.

#### *A abordagem*

3. A **análise económica** moderna subdivide-se em dois ramos: a **análise micro-económica** e a **análise macro-económica**. A primeira tem como objecto o estudo dos comportamentos dos agentes económicos individuais - consumidores, famílias, **empresas** - e das suas relações nos diferentes mercados em que se trocam os bens e os factores de produção. A segunda ocupa-se das grandezas globais ou **agregados**, tais como o produto interno bruto, a taxa de inflação, a taxa de câmbio, a taxa de juro, o volume total do emprego, o rendimento nacional.
4. Embora os agregados sejam a soma das quantidades individuais, a passagem de um tipo de análise para o outro levanta dificuldades importantes. Muitas das proposições que são válidas, ao nível dos indivíduos ou dos pequenos grupos, deixam de o ser, quando se considera o sistema económico no seu conjunto. Por exemplo, todo o indivíduo que tem uma conta bancária pode facilmente obter dinheiro líquido se a sua conta tiver um saldo credor. Contudo, se todos os titulares de contas bancárias reclamam títulos ao mesmo tempo, o banco entrará em falência. Outro exemplo: cada um de nós pode fazer economias, desde que não gaste a totalidade do rendimento. Mas isto não é possível para o conjunto da colectividade. As despesas de uns são as receitas de outros. Um aumento geral da poupança traduzir-se-á numa redução das compras e, portanto, das vendas, dos rendimentos e, finalmente, das possibilidades de poupar.
5. Os agentes económicos em Angola, e particularmente as empresas, vivem, em geral, num clima de **incertezas** e de **riscos** elevados. Daí não ser apropriada a

utilização da teoria da maximização da esperança matemática da utilidade e da hipótese de linearidade e continuidade das preferências. Por consequência, os empresários angolanos não têm uma optimização dinâmica sequencial; têm uma forte depreciação do futuro que conduz a afectações que permitam reversibilidades; asseguram mal a manutenção e a amortização do capital; escolhem o curto prazo que lhes permita o maior número de opções futuras, em detrimento da irreversibilidade da decisão de investimento; têm uma forte preferência pela liquidez e preferem activos monetários ou financeiros, que lhes dêem um leque de escolhas, em vez de activos físicos. Devido ao facto de viverem num sistema deficiente de informações, os agentes económicos angolanos preferem uma solução aceitável a uma solução máxima ou óptima.

6. Uma abordagem económico-financeira das empresas angolanas poderia centrar-se nos seguintes aspectos: **estrutura dos capitais**, considerando, para o efeito, o cálculo da percentagem de empresas com capitais próprios positivos e negativos e da percentagem do activo coberta por capitais próprios; **rentabilidade dos capitais próprios**, tendo em consideração o cálculo do peso dos resultados líquidos nos capitais próprios positivos; **rentabilidade líquida das vendas**, utilizando o peso dos resultados líquidos no total das vendas; e **análise da produtividade**, considerando o rácio “valor acrescentado bruto (VAB), por efectivo”.
7. Por exemplo, a análise da estrutura de capitais permitiria mostrar como as empresas financiam os seus investimentos: se, maioritariamente, através de capitais próprios, ou se através de capitais alheios. A rentabilidade dos capitais próprios indicar-nos-ia qual a rentabilidade dos capitais colocados pelos sócios, accionistas e proprietários nas empresas para o desenvolvimento das suas actividades.

### A evolução da noção de empresário

8. O termo “**empresário**” é tão ambíguo que se confunde, muitas vezes, com denominações como capitalista, patrão, gestor de topo, dirigente. A cada uma dessas designações estão associadas representações, situações económicas e tipos de empresas, definindo categorias sociais, tanto do ponto de vista económico, como sociológico.
9. No campo da economia, a **teoria neoclássica** considerava o empresário como uma categoria relativamente abstracta, uma espécie de intermediário nas trocas económicas. A principal preocupação dos neoclássicos era a da **justificação do lucro** e foi, sobretudo, nesse quadro que surgiram as suas reflexões sobre os empresários.
10. No período pós-guerra, o **paradigma keynesiano** contribuiu para que os académicos tivessem centrado a sua **atenção sobre outros agentes económicos, nomeadamente o Estado e os sindicatos**. A expansão económica e a maturação do modelo de desenvolvimento fordista **ofuscou o papel do empresário**. Os **paradigmas neoclássico e keynesiano**, dominantes no período posterior à

Segunda Guerra Mundial, com as suas preocupações de equilíbrio e evolução dos agregados económicos e financeiros, **contribuíram para afastar a atenção sobre o papel do empresário** e das suas motivações e características individuais na estrutura e desenvolvimento económico.

11. O **paradigma marxista**, por seu turno, desempenhou um papel importante na difusão da **ideia do patrão-capitalista**, detentor dos meios de produção e **explorador da mais-valia criada pelos proletários**.
12. Deve-se a **Joseph Schumpeter** a concepção do **empresário como figura autónoma, promotora da riqueza, da inovação e do processo de desenvolvimento**, exigindo-se, para esse efeito, competências “acima do normal” para desenvolver as funções de “superintendência, controlo e direcção e ainda a capacidade de assumir riscos”. Schumpeter provocou uma ruptura de paradigma, passando das teorias do equilíbrio para **uma teoria da mudança**. O processo de desenvolvimento significa, a partir daqui, uma mudança brusca na vida económica, surgida do interior do próprio sistema. **Trata-se de um processo de destruição criadora, consubstanciado na inovação e protagonizado pelo empresário**.
13. O **“empresário” é, fundamentalmente, um empreendedor**, cuja característica distintiva é a **capacidade de inovação**. Nesta acepção, a noção schumpeteriana de empresário distingue-se da sua concepção tradicional, pois não tem a ver com a noção de propriedade, ou com o controlo do poder na empresa. Aplica-se quer a homens de negócios independentes, quer a proprietários de empresas, ou mesmo a gestores assalariados, desde que desenvolvam acções inovadoras, através da combinação, de maneira criativa e nova, dos recursos existentes. No século XIX, o modelo ocidental de empreendedor industrial confunde-se com o dono da empresa. No século XX, o surgimento de grandes empresas faz emergir o empresário inovador que é, frequentes vezes, um assalariado.
14. **Na década de 60**, prevalece a designação de “patrão”, associada à ideia de proprietário de empresa, ou, então, de patronato, por oposição aos sindicatos. Os académicos não se interessavam pelo indivíduo em si mesmo, privilegiando a **análise do colectivo**. O “patronato” era estudado quase desligado da sua base de trabalho na empresa. Quanto a Schumpeter, encontrava-se colocado nas gavetas dos economistas.
15. Hoje, a **teoria da empresa e da inovação** está no centro de um debate económico aceso entre a **economia ortodoxa** e a **economia institucionalista**. **Para a economia ortodoxa**, a empresa é uma unidade que se adapta ao mercado e a inovação é um processo através do qual tecnologias exógenas são adaptadas e difundidas no sector económico. **Para o institucionalismo**, as características estruturais de uma economia são determinadas pela interacção de condições morais, sociais, culturais e naturais inerentes à sociedade e estas mudam à medida que o processo de desenvolvimento económico evolui e a consciência social concomitantemente se transforma. A inovação, por seu lado, é um processo económico realizado no seio das empresas por meio de uma aprendizagem que, em grande parte, se realiza sem relação com o mercado.

### O perfil das empresas e do empresário angolano

16. A **economia angolana** é constituída por uma miríade de **micro, pequenas e médias** empresas muito fracas, pela ausência de uma malha intermediária e por frágeis ligações entre as unidades informais, e por algumas empresas modernas privadas e públicas. As grandes empresas privadas encontram-se instaladas no sector petrolífero. As empresas públicas e mistas, a maior parte delas ineficientes, são lugares de transferências e de redistribuição de rendimentos, em vez de lugares de produção e de acumulação de riqueza. Nas pequenas unidades informais, prevalecem relações de proximidade: proximidade espacial, temporal e social (confiança, credibilidade das relações personalizadas). As pequenas e médias empresas privadas são o principal elo de ligação em falta no tecido económico, encontrando-se, principalmente, no sector terciário.
17. De 1994 a 2001, registaram-se **13 636 empresas**. Cerca de **60 por cento** pertencem ao sector do **comércio**; **6.9 por cento**, ao sector da **agricultura, produção animal e silvicultura**; **6 por cento**, ao sector da **indústria transformadora**; e **5 por cento** ao sector da **construção**. O peso dos outros sectores da actividade económica é pouco expressivo. Estima-se que os postos de trabalho gerados tenham atingido a cifra de **116 650 trabalhadores**.
18. Do ponto de vista geográfico, **67 por cento das empresas** estão sedeadas em **Luanda** e Luanda acolhe **59 por cento dos postos de trabalho** criados.
19. As **pequenas** empresas representam cerca de **60 por cento** das empresas registadas; as empresas **médias** representam cerca de **0.9 por cento**; e as **grandes** não ultrapassam os **0.095 por cento**.
20. As economias africanas, em geral, e a angolana, em particular, são atravessadas por solidariedades e hierarquias transversais: solidariedades familiar, étnica, religiosa e partidária. Há uma dominância de relações de dependência pessoal, de tal modo que a relação de emprego não é uma relação mercantil; os contratos que ligam patrões e empregados não são salariais (contrato de trabalho), mas de dependência (fidelidade e protecção).
21. Uma das características mais marcantes da economia angolana traduz-se no fraco papel desempenhado pelo contrato salarial e no peso das relações personalizadas. Os agentes económicos preferem agir com base na flexibilidade do emprego, ou com base numa elevada taxa de rotação, e em relações pessoais de confiança e de proximidade, mais do que com base em contratos anónimos. As relações de proximidade impedem as economias de escala.
22. O papel do empresário no modelo ocidental é o de romper o equilíbrio e de moldar o seu meio ambiente, seguindo uma aprendizagem. O contexto africano favorece mais os comportamentos de rotina do que os comportamentos inovadores.
23. Podemos concluir que os **factores** mais **desfavoráveis** ao funcionamento das empresas angolanas são os seguintes: ausência de meio ambiente propício; mercados estreitos e instáveis; dificuldades de gestão; elevados riscos

económicos, financeiros e políticos; fraqueza do tecido empresarial; Estado predador; deficiência do sistema bancário; quadro jurídico e institucional inadequado e gerador de antecipações pessimistas; lógicas redistributivas em vez de lógicas de acumulação.

24. As **medidas de liberalização** visam quebrar as bases da economia de renda e eliminar as empresas instaladas nessas bases. Salvo raras excepções, daí não tem resultado a emergência de empresas assentes na lógica do lucro. A **abertura ao exterior** e a **liberalização interna** poderá conduzir, ainda mais, ao desencorajamento dos empresários.

### **A economia angolana: um relance sobre o tecido empresarial**

25. O **parque industrial** angolano, localizado junto dos principais portos e aeroportos (**Luanda, Benguela/Lobito e Lubango**), com excepção de algumas raríssimas actividades, encontra-se completamente desactualizado e em condições inviáveis, tanto económica, como tecnologicamente. A utilização da **capacidade instalada é muito baixa**, o que tem provocado uma degradação do nível de emprego.
26. De 1997 a 2001, a parcela da indústria transformadora no **Produto Interno Bruto (PIB)** não foi além dos 6,3% (1998) e tem-se mantido de forma constante à volta dos 4,2%. Os esforços de industrialização serão infrutíferos, caso não haja um ambiente político estável, que garanta uma industrialização eficiente, assegurando que os preços dos factores produtivos, capital e trabalho, reflectam o seu valor real e existam incentivos favoráveis tanto para as exportações, como para os bens substitutos de importação.
27. Os **fluxos financeiros** originados pela **indústria transformadora** são bastantes reduzidos, dependendo o País totalmente da sua **indústria extractiva**, com o petróleo a exercer uma posição de grande destaque. A expansão industrial encontra-se também condicionada pela total dependência de recursos importados para a elaboração do produto industrial, obrigando as empresas a recorrerem ao dispêndio de divisas escassas e a necessitarem de desalfandegar as suas mercadorias dos portos. Os recursos nacionais, ou não abundam, ou então existem factores que têm condicionado a sua disponibilidade (nomeadamente, a guerra).
28. A **banca comercial** não tem concedido créditos às empresas para prazos superiores a 180 dias, o que prejudica a viabilidade das empresas, por causa do longo ciclo de produção. Quem pode, ou faz uso do autofinanciamento, ou recorre aos adiantamentos de clientes e/ou de fornecedores. **A banca tem privilegiado o sector do comércio**, na concessão dos créditos, sendo este, contudo, responsável por mais de  $\frac{3}{4}$  do crédito em mora. Dada a escassez de capital privado, o Governo tem procurado complementar os esforços do sector privado, disponibilizando linhas de crédito do Brasil, Espanha e Portugal, com vista à aquisição de bens de equipamento. Os empresários queixam-se que estas linhas têm limites baixos e que lhes são exigidos “down payments”

Vicente Pinto de Andrade  
Luanda, 10 de Dezembro de 2002

incomportáveis para os seus rendimentos disponíveis. *O sector industrial não tem sido priorizado.* Esta situação agrava-se quando os créditos provêm da banca privada nacional e estrangeira.

29. Para responder à falta de recursos financeiros por parte das PME's, o Governo angolano decidiu criar o **Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES)**, o qual começou a funcionar a partir de 1 de Março de 2000. O FDES é o principal instrumento financeiro que o Governo se propõe utilizar com vista ao fomento do sector nacional privado. A agricultura, as pescas, a agro-pecuária, a construção civil, a indústria e os transportes de cargas de longo curso, constituem as principais prioridades do FDES.